



ANAPA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS PÚBLICOS
APOSENTADOS E PENSIONISTAS

ESCLARECIMENTOS – ANAPA – ANDAMENTOS PROCESSUAIS

Prezados Associados,

Atendendo aos pedidos dos associados, enviamos abaixo a situação atual de todos os processos patrocinados pela associação, bem como os esclarecimentos quanto às providências que foram adotadas no tocante à AGE realizada em abril de 2023.

Esclareço que em breve todas as informações aqui lançadas serão disponibilizadas também no site da Associação, mantendo-se ali a atualização constante dos andamentos processuais, para ciência dos associados.

ATUALIZAÇÃO DOS ANDAMENTOS PROCESSUAIS:

1 - Processo - 1081853-28.2023.4.01.3400 (16 Vara Federal de Brasília - DF) - Trata-se de ação coletiva que tem por objetivo condenar a União ao pagamento das diferenças remuneratórias decorrentes do reconhecimento do direito dos servidores públicos federais associados à Autora (sejam eles ativos, aposentados ou pensionistas) à inclusão do abono de permanência na base de cálculos do Terço de Férias Constitucional e do Décimo Terceiro. O processo foi ajuizado em 21 de agosto de 2023. A União apresentou contestação em seguida a ANAPA protocolou réplica e atualmente o processo encontra-se concluso para julgamento, em primeira instância. (Processo acompanhado pelo advogado André Toledo de Almeida).

2 - Processo - 1079140-17.2022.4.01.3400 (7 Turma do TRF1) - Trata-se de ação coletiva que tem por objetivo determinar à União que cessem os descontos do Imposto de Renda da Pessoa Física (IR) nos proventos advindos dos honorários sucumbenciais devidos aos associados da parte Autora e que provem que já recebem os descontos no tocante à verba principal, pois presentes os requisitos do art. 6º, XIV, da Lei nº 7.713/88 (em decorrência de problemas de saúde). A União apresentou contestação, a ANAPA protocolou réplica e em seguida foi proferida sentença extinguindo o processo sem resolução de mérito ao fundamento de que não seria possível discutir tal matéria em ação coletiva. A ANAPA recorreu de tal decisão e atualmente o processo está concluso em segunda instância aguardando julgamento do recurso. (Processo acompanhado pelo advogado André Toledo de Almeida).

3 - Processo - 1027204-21.2020.4.01.3400 (13 Vara Federal de Brasília - DF) - Alíquota Progressiva - Trata-se de ação coletiva que tem por objetivo determinar à União que suspenda a cobrança de qualquer valor a título de contribuição para o PSS, com base no art. 11, e seus parágrafos 1º a 4º, da Emenda Constitucional n. 103/2019, restabelecendo-se o sistema de cobrança previsto no art. 4º, I, da Lei n. 10.887/2004, com redação dada pela Lei n. 12.618/2012, no percentual de 11%, declarando-se



ANAPA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS PÚBLICOS
APOSENTADOS E PENSIONISTAS

incidentalmente a inconstitucionalidade destes dispositivos. A União a apresentou contestação, a ANAPA protocolou a respectiva réplica e logo em seguida o processo foi suspenso para aguardar julgamento de outras demandas em trâmite perante o STF. (Processo acompanhado pelo advogado André Toledo de Almeida).

4 - Processo - 0743076-58.2023.8.07.0001 (22 Vara Cível de Brasília - TJDF) - Ação civil pública que trata do PASEP - Trata-se de ação que tem por objetivo a condenação do Banco do Brasil ao pagamento da complementação dos valores descontados indevidamente e da atualização da integralidade dos depósitos realizados na conta PASEP dos advogados públicos aposentados substituídos da entidade Autora (sócios e não sócios), em conformidade com a LC nº 08/1970, Decreto nº 4.751/2003 e Lei nº 9.365/1996, já deduzido o que foi recebido, até a data do efetivo pagamento. A ação foi ajuizada com o objetivo de cumprir a determinação da Assembleia realizada pela associação em 22/05/2023, que na ocasião aprovou tal medida por seus associados. Ocorre que imediatamente após avaliar a petição inicial, foi proferida sentença extinguindo o processo sem resolução de mérito, ao entendimento de que não é viável discutir tal matéria em sede de ação coletiva. Assim, na presente ação a ANAPA optou por não recorrer de tal decisão, evitando gastos desnecessários com sucumbência e colocou à disposição dos associados o Advogado André Toledo de Almeida para o ajuizamento das respectivas ações individuais, a favor de quem estiver interessado. (Processo acompanhado pelo advogado André Toledo de Almeida).

5 - Processo - 1089052-04.2023.4.01.3400 (5 Vara Cível de Brasília - DF) - Ação coletiva que trata do tema - Licença Prêmio - Trata-se de ação coletiva que tem por objetivo reconhecer o direito dos associados da Autora, no momento de sua aposentadoria ou durante o gozo desta, de conversão em pecúnia dos períodos de licença-prêmio adquiridos e não usufruídos, condenar a Ré ao pagamento dos valores devidos aos associados da Autora em decorrência da citada conversão, devidamente corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora e determinar a não incidência do Imposto de Renda (IRPF) sobre o valor indenizado. Após o ajuizamento a União apresentou contestação em seguida a ANAPA protocolou a respectiva réplica e atualmente aguarda ser proferida sentença. (Processo acompanhado pelo advogado André Toledo de Almeida).

6 - Processo - 1042760-63.2020.4.01.3400 (1 Turma - TRF1) - Primeira Ação Coletiva de Paridade - Foi proferida sentença de procedência dos pedidos, em seguida foi apresentado recurso de apelação pela União e atualmente aguarda em segunda instância análise do recurso. (Processo acompanhado pelos advogados JOHN ENDER ALVES DE OLIVEIRA, LUIZ PIAUHYLINO DE MELLO MONTEIRO e CAIRO ROBERTO BITTAR HAMU SILVA JUNIOR)



ANAPA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS PÚBLICOS
APOSENTADOS E PENSIONISTAS

7 - Processo - 1018625-50.2021.4.01.3400 (9 Turma - TRF1) - Segunda Ação Coletiva de Paridade - Foi proferida sentença de improcedência dos pedidos, em seguida foi apresentado recurso de apelação pela ANAPA e atualmente aguarda em segunda instância análise do recurso. (Processo acompanhado pelos advogados JOHN ENDER ALVES DE OLIVEIRA, LUIZ PIAUHYLINO DE MELLO MONTEIRO e CAIRO ROBERTO BITTAR HAMU SILVA JUNIOR)

8 - Processo - 1049917-53.2021.4.01.3400 (1 Turma - TRF1) - Terceira Ação Coletiva de Paridade - Foi proferida sentença de improcedência dos pedidos, em seguida foi apresentado recurso de apelação pela ANAPA e atualmente aguarda em segunda instância análise do recurso. (Processo acompanhado pelos advogados JOHN ENDER ALVES DE OLIVEIRA, LUIZ PIAUHYLINO DE MELLO MONTEIRO e CAIRO ROBERTO BITTAR HAMU SILVA JUNIOR)

9 - Processo - 1112304-36.2023.4.01.3400 (1 Vara Federal de Brasília - DF) - Ação de exigir contas em desfavor do Conselho Curador de Honorários Advocatícios - processo distribuído em 23/11/2023, aguardando recebimento da petição inicial e determinação de citação da parte adversa. (Processo acompanhado pelos advogados JOHN ENDER ALVES DE OLIVEIRA, LUIZ PIAUHYLINO DE MELLO MONTEIRO e CAIRO ROBERTO BITTAR HAMU SILVA JUNIOR)

ESCLARECIMENTO QUANTO ÀS PROVIDÊNCIAS APROVADAS NA AGE REALIZADA EM ABRIL DE 2023

1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DIGITAIS - a providência foi tomada, o site da ANAPA está em funcionamento, juntamente com o sistema digital de votação e demais redes sociais;

2 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR - a providência foi tomada, com contratação do Dr. Carlos Mota (através do seu respectivo CNPJ);

3 - PROPOSITURA DE AÇÕES JUDICIAS APROVADAS NA REFERIDA ASSEMBLÉIA

Inicialmente, vale esclarecer que por ocasião da referida assembleia, foi oportunizado a todos os associados a sugestão de temas relativos a novas matérias de



ANAPA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS PÚBLICOS
APOSENTADOS E PENSIONISTAS

possíveis ações que seriam ajuizadas pela associação. Com a aprovação, passou-se aos estudos técnicos e análise aprofundada de viabilidade jurídica dos respectivos ajuizamentos, sendo que até o momento foram tomadas as seguintes providências:

a) ABONO DE PERMANÊNCIA NO CÁLCULO DE TERÇO DE FÉRIAS E GRATIFICAÇÃO NATALINA - Ajuizada pelo Dr. André Toledo de Almeida - Processo - 1081853-28.2023.4.01.3400 (16 Vara Federal de Brasília - DF)

b) ACUMULAÇÃO DE ESTIPÊNDIOS PARA EFEITOS DE TETO CONSTITUCIONAL - O tema foi submetido ao Advogado André Toledo de Almeida para análise técnica, que emitiu parecer demonstrando que a questão está consolidado na jurisprudência de forma negativa, com entendimentos tanto do Superior Tribunal de Justiça quanto do Supremo Tribunal Federal, o que demonstra inviabilidade do ajuizamento da matéria, que pela perspectiva traria apenas custos e riscos de despesas sucumbenciais à associação. Por tal motivo, a diretoria optou por não dar seguimento ao referido pleito, mas como foi uma matéria sugerida pelos associados e aprovada em assembleia, se coloca à disposição de todos que queiram tratar do tema e em sendo demonstrado de forma consistente que não obstante tal análise técnica, há concreta viabilidade de êxito, tomará providências no sentido de ajuizar o feito;

c) PIS/PASEP - Ajuizada pelo Dr. André Toledo de Almeida - Processo - 0743076-58.2023.8.07.0001 (22 Vara Cível de Brasília - TJDFT);

d) CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA - Ajuizada pelo Dr. André Toledo de Almeida - Processo - 1089052-04.2023.4.01.3400 (5 Vara Cível de Brasília - DF);

e) ABSORÇÃO, POR REAJUSTES POSTERIORES, DA PARCELA COMPENSATÓRIA IMPLEMENTADA QUANDO DA TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA REMUNERATÓRIO DOS ADVOGADOS PÚBLICOS - O tema foi submetido ao Advogado André Toledo de Almeida para análise técnica, que emitiu parecer demonstrando que a questão está prescrita, o que demonstra inviabilidade do ajuizamento da matéria, que pela perspectiva traria apenas custos e riscos de despesas sucumbenciais à associação. Por tal motivo, a diretoria optou por não dar seguimento ao referido ajuizamento, mas como foi uma matéria sugerida pelos associados e aprovada em assembleia, se coloca à disposição de todos que queiram tratar do tema e em sendo demonstrado de forma consistente que não obstante tal análise técnica, há concreta viabilidade de êxito, tomará providências no sentido de ajuizar o feito.



ANAPA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS PÚBLICOS
APOSENTADOS E PENSIONISTAS

-
- f) AÇÃO DE EXECUÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELO MPF PLEITEANDO O REAJUSTE DE 28,86% - trata-se de ação individual que será ajuizada individualmente a favor dos associados que demonstrarem interesse;
- g) AÇÃO CIVIL PÚBLICA PELA PARIDADE NOS HONORÁRIOS - Atualmente em análise pelos advogados JOHN ENDER ALVES DE OLIVEIRA, LUIZ PIAUHYLINO DE MELLO MONTEIRO e CAIRO ROBERTO BITTAR HAMU SILVA JUNIOR;
- h) AÇÃO ANULATÓRIA DO ACORDO CCHA - Atualmente em análise pelos advogados JOHN ENDER ALVES DE OLIVEIRA, LUIZ PIAUHYLINO DE MELLO MONTEIRO e CAIRO ROBERTO BITTAR HAMU SILVA JUNIOR;
- i) AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL PARA DIREITO A VOTO E ASSENTO NO CCHA - Atualmente em análise pelos advogados JOHN ENDER ALVES DE OLIVEIRA, LUIZ PIAUHYLINO DE MELLO MONTEIRO e CAIRO ROBERTO BITTAR HAMU SILVA JUNIOR;
- j) AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTRA O CCHA - Processo - 1112304-36.2023.4.01.3400 (1 Vara Federal de Brasília - DF) - Ajuizado pelos advogados JOHN ENDER ALVES DE OLIVEIRA, LUIZ PIAUHYLINO DE MELLO MONTEIRO e CAIRO ROBERTO BITTAR HAMU SILVA JUNIOR.

Brasília, 13 de novembro de 2023.

Cleusa Lúcia de Souza e demais membros da diretoria.